

Ingredientes trabalhistas e culinária da estagnação

Marcelo Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE

Nanak Kakwani e Hyun Son

International Poverty Centre, PNUD

A criação do novo regime de programas sociais gerou impacto pró-pobre, mas como o antigo regime não foi desativado, a pressão fiscal adicional travou o crescimento

Seguindo a analogia culinária tradicional, o bolo dos brasileiros pobres cresceu nos últimos dez anos, apesar do crescimento ter dado “bolo” nos pobres dos brasileiros. Detalhamos os ingredientes trabalhistas da receita da estagnação econômica com redução da desigualdade à brasileira. Em particular, isolamos as influências nos últimos dez anos de elementos associados ao mercado de trabalho tais como evolução do salário-hora, da jornada de trabalho, da oferta de trabalho e de sua respectiva empregabilidade.

O crescimento econômico impacta cada indivíduo de diferentes maneiras. Este padrão de crescimento da renda pode ser influenciado por elementos diversos. No penúltimo número de *Conjuntura Econômica*, seção Temas Sociais, detalhamos o impacto de dois grandes grupos de fatores formados pela renda do trabalho e pela renda oriunda de outras fontes no Brasil durante a última década. Na última edição da revista detalhamos as influências de programas sociais na redução da desigualdade brasileira, revelamos que a nossa política social não tenta separar o joio do trigo, combinando um antigo e ineficaz regime de política social com um novo, moderno, voltado aos jovens e aos segmentos mais pobres. O excesso de gastos públicos associados a esta dificuldade de fazer a escolha pela estratégia social que domina as demais, acaba travando o crescimento mediante as altas cargas tributárias e de juros reais associadas. O país vive um paradoxo: apesar da renda média cair, a renda daqueles com menor poder aquisitivo cresce impulsionada por maiores transferências de renda por parte do Estado à população. Esta combinação recente contrasta com a trajetória pregressa do país.

Bem-estar — Crescimento pró-pobre ocorre se os benefícios atingem proporcionalmente mais os mais pobres do que os demais. Assim, o crescimento pró-pobre está associado a uma queda da desigualdade, enquanto o antipobre aumenta

a desigualdade. A fim de captar o padrão do crescimento econômico assumido, ligamos o crescimento econômico com as mudanças na distribuição de renda. Para alcançar este objetivo, temos que especificar a função do bem-estar social. De maneira geral, esta função agrega os níveis de bem-estar de cada pessoa da economia num único número. A hipótese de indicadores de bem-estar baseados em renda e o que esta determina o bem-estar individual. Para calcular o nível de bem-estar social, temos de explicitar como cada pessoa valora a sua renda e como os níveis individuais são ponderados no todo.

O PIB *per capita* é a medida de bem-estar social mais popular entre os economistas — nele “cada um vale o quanto ganha”. Neste sentido, se os 10% mais ricos, que detêm cerca de metade da renda, dobrar o seu capital, o PIB *per capita* aumenta 50%, o mesmo que se os 90% restantes tivessem a sua renda dobrada. O PIB *per capita* acaba sendo uma função de bem-estar social do tipo pró-rico, valorando mais aqueles com mais renda. A literatura de pobreza inverte a valoração do PIB, dando mais peso aos mais pobres, e nenhum peso aos mais ricos, dentro do princípio de garantir um mínimo de subsistência às pessoas.

Neste trabalho inovamos com um novo tipo de função bem-estar social pró-pobre, tanto na forma como cada pessoa extrai bem-estar de sua renda como quanto a sociedade valora o bem-estar de cada pessoa. O peso de cada pessoa assumido é do tipo “os primeiros serão os últimos”, ordenamos a população numa fila do mais rico para o mais pobre: o mais rico dos ricos tem o menor dos pesos, o segundo mais rico tem o segundo menor peso e assim por diante até que quando chegamos ao mais pobre dos pobres, este tem o maior dos pesos entre todas as pessoas. Ou seja, o último da fila da renda é o primeiro com peso na função bem-estar social. Incidentalmente, este é o sistema de pon-

**De 2002 a 2005,
a participação
dos 50% mais
pobres no
total da renda
aumentou 2,1% e
a dos 10% mais
ricos caiu 2,8%**

deração implícito no cálculo da medida de desigualdade mais popular existente: o índice de Gini. No que tange à forma como cada pessoa valora a sua renda, assumimos uma função logarítmica que dá mais valor às variações de renda dos mais pobres.¹ A forma logarítmica que é a função bem-estar individual mais popular e aquela incluída no segundo índice de desigualdade mais popular existente: o índice de Theil. Neste sentido, a mistura da função bem-estar individual do Theil e da estrutura de ponderação do índice de Gini pode ser apelidada de Thini. Uma vantagem herdada do lado Theil do Thini é a possibilidade de isolar a contribuição de diferentes elementos.

Decomposição — O nosso objetivo é decompor a taxa de crescimento da renda em diversos componentes trabalhistas. Esta análise nos permitirá, ao fim e ao cabo, julgar quanto das mudanças das características individuais no mercado de trabalho são pró-pobres, ou antipobres. Podemos, por exemplo, responder questões como: Os empregos gerados pelo processo de crescimento beneficiaram mais pobres do que não-pobres? A mudança na ocupação nestes segmentos se deve por mudanças na empregabilidade da oferta de trabalho ou por mudanças no tamanho da oferta de trabalho? O processo de crescimento está aumentando ou diminuindo o nível subemprego (em termos de horas trabalhadas) entre pobres e não-pobres? O crescimento está aumentando ou diminuindo o nível e as diferenças de produtividade, medidas por salário-hora, entre pobres e não-pobres?

Estes elementos são colocados juntos através de uma nova metodologia de decomposição que apresenta os resultados de forma aditiva na taxa de crescimento de diversos ele-

mentos. Por exemplo: a taxa decrescente da renda *per capita* média de -0,63% ao ano, no período de 1995 a 2004, foi essencialmente determinada pela queda da produtividade das pessoas medida através de salário-hora de -1,63 pontos de percentagem por ano (ppa) e em menor medida pela redução na jornada de trabalho (-0,25 ppa) e pela redução na taxa de ocupação (-0,34 ppa). Outros elementos, como aumento da oferta de trabalho (ppa) e, em particular, acesso a outras rendas de

não-trabalho, amorteceram em parte a decadência trabalhista observada, perfazendo a soma destes fatores na queda da renda total média de -0,63 por ano. Padrões similares para cada um destes componentes são observados nos subperíodos de 1995 a 2001 e de 2001 a 2004, sendo estas tendências mais pronunciadas no último período.

Nos atendo à análise da renda do pobre da segunda tabela, a taxa de crescimento pró-pobre (taxa de crescimento do bem-estar social *per capita*) é apenas 0,1% no período 1995 a 2001 mas cresce para 3,07 no período 2001 a 2004. O fator que mais explica este crescimento no segundo período é a renda não-trabalho que contribui com 2,10% do total do crescimento. Um outro importante fator é a taxa de participação da força de trabalho, que contribui com 1,24% para a taxa de crescimento pró-pobre. As horas de trabalho por pessoa empregada contribuíram negativamente. A contribuição da produtividade tornou-se positiva, contribuindo com 0,56%.

A comparação das duas tabelas demonstra um padrão pouco usual da experiência brasileira que combina quedas da renda *per capita* real e da pobreza, sendo este paradoxo mais pronunciado no segundo período (2001 a 2004)

Tab. 1 – Explicando a taxa de crescimento da renda *per capita* média

Fatores explicativos	1995-2004	1995-2001	2001-2004
Taxa de participação	0,73	0,48	1,27
Taxa de ocupação	-0,34	-0,66	0,07
Horas de trabalho	-0,25	-0,07	-0,72
Produtividade	-1,63	-1,05	-2,67
Fator da renda não-trabalho	0,86	0,99	0,70
Taxa de crescimento total	-0,63	-0,30	-1,35

Tab. 2 – Explicando a taxa de crescimento pró-pobre da medida de bem-estar social

Fatores explicativos	1995-2004	1995-2001	2001-2004
Taxa de participação	0,41	0,19	1,24
Taxa de ocupação	-0,68	-1,14	0,17
Horas de trabalho	-0,41	-0,21	-1,01
Produtividade	-0,05	0,18	0,56
Fator da renda não-trabalho	1,46	1,07	2,10
Taxa de crescimento total	0,73	0,10	3,07

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE 1995-2004.

Tab. 3 – Parcela da renda apropriada

		50% mais pobres	40% intermediários	10% mais ricos	GINI
2002	Março	9,79	40,74	49,47	0,638
	Abril	10,11	40,91	48,98	0,631
	Outubro	10,07	39,83	50,10	0,637
2003	Abril	10,49	39,84	49,66	0,630
	Outubro	10,80	41,68	47,52	0,618
2004	Abril	10,28	40,82	48,90	0,629
	Maiο	10,69	41,37	47,94	0,620
	Junho	10,97	41,22	47,82	0,617
	Julho	11,36	40,78	47,86	0,613
	Agosto	11,81	41,07	47,12	0,605
	Setembro	11,69	40,46	47,84	0,610
	Outubro	12,00	40,74	47,27	0,604
2005	Abril	11,80	40,85	47,35	0,606
	Outubro	12,24	41,45	46,31	0,597

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

quando a renda média do brasileiro cai -1,35 ao ano contra um aumento expressivo de 3,07% da renda dos pobres. O último ano disponível (2004) se revela o melhor ano da série. A renda média cresce 3,56% mas a renda dos pobres aumenta 14% somente neste ano, o que pode ser considerado de crescimento chinês. Na verdade, o adjetivo chinês está relacionado não só à magnitude do crescimento observada mas à influência trabalhista observada onde a renda do trabalho contribui com 10 pontos de percentagem dos 14 pontos observados na renda de todas as fontes. Ou seja, é não só um crescimento forte do bolo com mais fermento nas classes que têm mais fome de renda, mas com características de maior sustentabilidade dadas a sua maior independência relativa frente às transferências de renda promovidas pelo Estado brasileiro.

Mudanças — Lançamos mão agora de dados da PME/IBGE em bases mensais para averiguarmos os determinantes da distribuição de renda do trabalho observados no Brasil. Eles representam uma oportunidade privilegiada de olharmos em detalhe temporal os seus determinantes. É importante chamar a atenção para duas limitações destes dados, a saber: só cobrem as seis áreas metropolitanas e deixam de fora outras rendas não-trabalho, como as advindas de transferências governamentais de programas para pobres e de juros para os grupos com estoque de riqueza financeira.

Trabalhamos agora com a idéia de distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento da renda domiciliar *per capita* — a soma da renda do trabalho de todos os membros dos domicílios dividida pelo número de membros. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 50,1% pela PME em outubro de 2002); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (10,07%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (39,83%), constituindo um país de renda média, uma espécie de Peru, inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia.²

Se olharmos as flutuações econômicas dos últimos anos, segundo a perspectiva destes três grupos de renda, verificamos: a partir de outubro de 2002, data da PNAD, vemos que dois anos depois a participação dos 50% mais pobres no total da renda aumentou em 20% (de 10,07% para 12%), enquanto a parcela apropriada pelos 10% mais ricos caiu (de 50,1% para 47,27%). O grupo intermediário aumenta pouco, passa de 39,8% para 40,74%, voltando aos níveis de março de 2002, início da série da nova PME. Agora, analisando outubro de 2005 em relação a 2004, os mais pobres não ganham espaço em relação ao ano anterior (12% para 12,24%), mas mesmo assim a participação dos mais ricos continua caindo (de 47,27% para 46,31%). Esse ano, que não é pró-pobre mas é antielite, pois favorece o

grupo intermediário, é da classe média cuja participação na renda continua crescendo, o que vem acontecendo desde o início da série (de 40,7% para 41,45%). Cabe lembrar que a renda do trabalho foi responsável por 72% da grande queda de desigualdade observada em 2004.

Os dados da parcela de renda apropriada pelos três grupos analisados indicam que a grande queda de desigualdade em 2004, ocorreu entre maio e setembro. Antes de creditarmos as mudanças ao reajuste do salário mínimo, cabe lembrar que ele foi bastante reduzido em termos reais, portanto parece que outros fatores fora o efeito salário mínimo geraram a redução da desigualdade de renda em 2004. Complementarmente, a série mensal demonstra que o reajuste de 9% real dado em maio de 2005 ao salário mínimo fornece evidências relevantes sobre o que se esperar para o reajuste de 2006 recém-concedido (13%). Para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do salário mínimo de outras datas, como o de maio de 1995 sobre dados similares, os resultados são desapontadores — a série de desigualdade de renda *per capita* do trabalho não sofre alterações permanentes próximas ao período de reajuste. Portanto, no que tange ao lado trabalhista dos efeitos do salário mínimo, o reajuste mais forte concedido em 2006 parece não ter impactado as séries.

O balanço dos possíveis efeitos positivos do mínimo sobre o salário de quem mantém o posto de trabalho parece ter sido cancelado em 2005 pelos efeitos negativos, exercidos pelo mínimo sobre desemprego e informalidade. Uma conjectura é que o ganho de mais de cerca de 75%, concedido entre 1995 e 2003, tenha aumentado a efetividade do salário mínimo, fazendo com que ele esteja próximo dos valores que tenham impacto líquido favorável de queda da pobreza trabalhista. Em outras palavras, talvez estejamos próximos do valor máximo do mínimo em termos de impactos favoráveis na pobreza sob a ótica trabalhista. Neste sentido, o salário mínimo não deveria figurar no elenco de políticas promotoras do espetáculo do crescimento a preços populares. ▣

¹A função logaritmo nivela por baixo as diversas possibilidades de renda da mesma pessoa: por exemplo, 1.000 é cem vezes maior que 10, mas se usarmos a base 10 no log: log de 1.000 (que é 3) é três vezes maior que log de 10 (que é 1). Ou seja, se a renda da pessoa for multiplicada por 100 passando de 10 para 1.000 o nível de bem-estar da pessoa é multiplicado por três. Enquanto se a renda desta mesma pessoa for multiplicada por 10 passando de 10 para 100, o nível de bem-estar medido em logs é multiplicado por 2. Ou seja, metade do crescimento de 10 para 1.000 se dá na passagem de 10 para 100 e a outra metade na passagem de 100 para 1.000.

²Neste aspecto a distribuição de renda do trabalho metropolitana da PME é algo mais concentrada do que a da PNAD nacional de todas as fontes de rendimentos. O Crescimento da Índia do período recente (9,3% no primeiro trimestre de 1996) é algo de causar inveja a brasileiros e haitianos.